



040ª CEDECONDH 12NOV2024

Pauta: Autismo não é uma palavra da moda, mas, sim, uma realidade sofrida e vivenciada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h34min) Boa tarde a todos. Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos Segurança Urbana – CEDECONDH. Estamos dando início a nossa reunião, hoje com a pauta sobre o autismo – não é uma palavra da moda, mas sim uma realidade sofrida e vivenciada. Geralmente a gente passa a palavra para o proponente da pauta, hoje é o Ver. Pedro Ruas. Antes registro a presença do Ver. Adeli Sell, nosso vice-presidente e da Ver.^a Biga Pereira – temos quórum. Vou pedir perdão, pois não vou poder ficar na reunião porque estou um pouco resfriado. Passarei a palavra para o Ver. Pedro Ruas que chamará as pessoas que vão estar na mesa nesta reunião. Tenho certeza que será uma reunião muito produtiva, é uma reunião fundamental, uma pauta de suma importância para as famílias de pessoas com autismo. Sabemos das grandes dificuldades que as famílias têm enfrentado, as suas lutas. Mas a Frente Parlamentar e a CEDECONDH são exatamente para tratar dessas questões. Sejam bem-vindos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Alvoní Medina, sempre tão eficiente na condução dos trabalhos, na presidência desta Comissão, que tem tanto a fazer, a CEDECONDH. Saúdo também o vice-presidente, meu querido amigo, Ver. Adeli Sell, bem como também, muito amiga, Ver.^a Biga Pereira, que são todos vereadores que mostram, no seu dia a dia, um compromisso muito grande com Porto Alegre, bem como com as causas, que de alguma forma ou de outra, Nelson Khalil, meu querido amigo, podem ser ou devem ser enfrentadas pela nossa Comissão. Então, agradeço muito essa oportunidade, e de imediato, trato de compor, eu digo duas meses, Presidente Medina, porque nós temos uma mesa, via de regra, que é um lado da mesa, mas a gente diz duas, um lado da mesma mesa composta pelas pessoas que reivindicam, que demandam ao poder público, ou eventualmente setor privado conveniado ou representante, e por outro lado, o próprio poder público ou o que o representa. Eu já peço, antecipadamente, tem pessoas que tem muita experiência aqui, como é o caso do Nelson Khalil, mas nem todas e todos tem essa experiência de saber que não cabem todos na mesa, infelizmente, eu gostaria de coubesse.

Mas de imediato eu quero chamar para compor a mesa conosco a Sra. Érika Rocha, que é do projeto social Angelina Luz e também do Movimento Estadual e Municipal Orgulho Autista do Brasil; o Nelson Khalil, presidente do Coepede – Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Sra. Rosenice Brittes, representante da Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo – AFAPA; com muita alegria, Ver. Adeli Sell e Ver.^a Biga Pereira, vão entender, Presidente Medina, eu quero chamar a Sra. Inara Beatriz Amaral Ruas, que por circunstância da vida é minha irmã, e é presidente do Conselho Estadual de Saúde – bem-vinda, Inara, obrigado pela presença; a Sra. Marta Fadrique, Secretária Municipal de Saúde, coordenadora da Saúde Mental, ou a Sra. Geórgia Volkmer, coordenadora da pessoa com deficiência e Assistência Social – a Geórgia vai compor a mesa; a Sra. Josiara Alves de Souza, representando o Centro de Referência do Transtorno Autista – Certa; representando a Secretária Municipal de Educação, nós tínhamos um nome, mas veio outra

pessoa tão qualificada quanto, evidentemente, que é a Sra. Renata Ribeiro Pardal. Quero registrar desde logo a presença da Ver.^a Fernanda Barth, integrante desta comissão também. A Sra. Josiara Alves de Souza, gestora de parcerias do Certa–SMS, que já está compondo a mesa. Da Associação Hospitalar Vila Nova, eu também tenho duas representações que vocês escolhem, eu tenho a Sra. Julyana Vaz Pinto Ribeiro, que é coordenadora administrativa, e tenho o Sr. Taurino Jonathan da Silveira Garcia, que é coordenador pedagógico; estão os dois presentes, vocês escolhem por favor. (Pausa.) A Sra. Julyana, então, que nos dá muito prazer; registrando que o Taurino está presente também, só que na plateia. Nós temos o Nelson Khalil, que é muito experiente, mas nós nunca temos lugar para todos, é sempre uma situação delicada. Eu peço desculpas, mas estamos todos, de certa forma, pela importância do tema inclusive, estamos todos compondo a mesa; isso é só um detalhe de forma. A Giselle Hubbe também está presente; Giselle, por favor, é uma honra a tua presença entre nós aqui, muito obrigado.

A questão da síndrome do espectro autista é algo que, entre nós, é muito debatido. Seja por que há mais, e cada vez mais, diagnósticos com relação a essa síndrome, seja porque as necessidades, que são grandes, não são atendidas adequadamente, e nós temos essas queixas quase diariamente na Câmara. Como a nossa comissão é de direitos humanos também, direitos do consumidor, enfim, mas basicamente direitos humanos, que eu acho que pega muito diretamente o tema aqui, nós temos, não é a primeira vez, mas em todas elas tivemos encaminhamentos distintos, a possibilidade hoje, pressionados pela necessidade, de algumas mudanças, de algumas alterações que estão sendo denunciadas, não só na Câmara. Eu dou um exemplo, Ver.^a Biga Pereira, Ver.^a Fernanda Barth, Ver. Adeli Sell, eu dou um exemplo aqui, do jornal Matinal, que tem um título de matéria, matéria grande: “Centro para autistas aberto por Melo não recebe novos pacientes há mais de um ano”. E aí trata disso, desse tema aqui; eu não sei como foi feita a matéria, enfim, mas está aqui para quem quiser ter acesso, podem fazer cópias também, enfim, nós vamos fazer cópia depois, Luciana Vacari, desse documento aqui, para os demais vereadores; por favor. E

esse é um tema, e já vou passar a palavra, que eu queria que tivesse a abertura, hoje, da Érika, que tem, ao longo dos anos, lutado tanto, é conhecida de todos nós, do Projeto Social Angelina Luz. Mas, antes disso, eu passo a palavra, na forma regimental, para a Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Não é a minha manifestação ainda, em profundidade, sobre o tema, mas é em relação a essa matéria do Matinal, porque antes nós não tínhamos um centro de autismo e agora nós temos, Obviamente, o centro ainda precisa ser muito melhorado e ampliado, porque o número de casos é muito maior, a demanda é muito maior do que a oferta que nós temos hoje no Município. Mas, antes, nós não tínhamos nada, e, agora, nós temos um centro, e eu só posso comemorar que hoje nós temos o Certa, porque o Certa é o primeiro passo, o Certa é uma vitória que nós temos. Nós contamos com o apoio de todos vocês para melhorar, ampliar e aprofundar o tema, porque já existem debates sendo feitos dentro do próprio Executivo. Eu participei ontem de uma das reuniões de transição em relação à necessidade de termos apoio aos autistas em outras faixas etárias também, não só na faixa que o Certa atende. E a gente precisa também ter apoio para aqueles casos mais graves em que as pessoas precisam de apoio durante 24 horas, não ter um horário ali que encerre o funcionamento. Então isso tudo demanda esforços, orçamento e estrutura do Município que hoje nós ainda não temos, mas ninguém disse que nós não poderemos ter. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver.^a Fernanda Barth. Eu apenas resumo que nós temos aqui dez itens elencados e que, depois, em algum momento, nós colocaremos talvez nos encaminhamentos, mas nós começamos, exatamente como eu falei, com a palavra da Érika. Eu vou fazer assim, pessoal, eu vou marcar três minutos, com prorrogação de um, para cada intervenção, porque são muitas pessoas, é um tema palpitante, a gente tem vontade de falar, mas eu quero só que entendam o fato de que são muitas pessoas. Então, três minutos, e a gente, no limite, prorroga por um. Eu mesmo controlo e faço esse

papel antipático de ter que avisar e passar a palavra para o próximo. Por favor, Érika, com a palavra, por três minutos.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Boa tarde a todos e todas. Vou me apresentar: meu nome é Érika Rocha, sou uma mulher autista, mãe de autista. Hoje, presido o Projeto Social Angelina Luz. Sou coordenadora estadual e municipal do Movimento Orgulho Autista Brasil, no Rio Grande do Sul, e mãe atípica. Eu acho que o meu melhor posto é esse de mãe, sendo típica de dois e atípica de uma. Retornamos aqui... Antes de eu seguir, não fazendo uma correção, mas só para pontuar que o autismo não é uma síndrome; é um transtorno.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu peço desculpas pelo meu erro. O erro foi meu; não foi da comissão, foi meu, pessoal.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Sim, é um transtorno do espectro, já diz, um espectro amplo onde cada um desses seres é singular, e a gente pode colocar nessa sala aqui dez autistas em nível de suporte, vai ser um totalmente diferente do outro em suas demandas, em suas comorbidades, enfim. Hoje, vimos aqui a fala da Ver.^a Fernanda, eu concordo, que bom que temos o Certa – Centro de Referência do Transtorno Autista. Eu me recordo, ali em 2021, quando a ideia era pegar os autistas e encaminhá-los ao Postão do IAPI. Na mesma data que o prefeito Melo estava naquela discussão se ia ou não fazer a vacina do covid-19 para os jovens, naquele mesmo dia, a meu convite, eu trouxe Berenice Piana – que inclusive a nossa lei federal leva o nome dela – para uma reunião com o prefeito Melo e secretários. Enfim, para apresentar ao Município de Porto Alegre a Clínica-Escola dela que é pioneira no país e já vai para quase 12 anos. E, dessa reunião, surgiu o projeto do Certa.

Eu digo que ótimo que existe o Certa, porque não tem ninguém dentro do Município, nenhum vereador, nenhum profissional, ninguém que queira mais que o Certa dê certo como nós, famílias atípicas.

A gente escuta muito que a gente tem que dar graças a Deus que existe o Certa;

eu não concordo que a gente tem que dar graças a Deus que existe o Certa, porque isso é um direito constitucional à saúde, e ele já deveria existir há muito tempo. A gente tinha o Cerepal – Centro de Reabilitação de Porto Alegre – e o Santa Ana também que faziam essa linha. Mas não adianta a gente ter um...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu acho que tem muitas pautas com relação à demora de agendamentos. A gente tem que ter uma construção? Tem que ter construção. E quero deixar aqui para a nova diretora que eu fico até bem contente que o Certa tenha uma nova diretora, porque a gestão anterior, ainda tem o pessoal da gestão, mas o ex-diretor, Dr. Alceu era algo surreal dentro daquele Certa. E as mães têm que se sentir acolhidas ali e não oprimidas, não com medo. E a gente está aqui não é para fazer apontamentos; é para construir, porque eu, enquanto mãe de criança que está no Certa, e aquelas mães todas que estão sentadas ali que são mães com crianças dentro do Certa, o que a gente quer é o atendimento de qualidade e como tem que ser para os autistas. E como você colocou que o Certa não recebe mais crianças, vai receber como? Não tem como receber mais criança lá. O que tem que ser feito é dar o tratamento correto para as crianças que já estão lá. E quando eu digo correto são as intervenções semanais, sem a rotatividade de profissionais que tem lá dentro, entra e sai, porque o vínculo é essencial, e rotina, a gente tem que ter rotina dentro do Certa. Qualquer profissional que tenha o mínimo de conhecimento no Transtorno de Espectro Autista sabe como a rotina é essencial e o vínculo é primordial. Então isso tudo tem que acontecer ali dentro. Não tem como a gente fazer um aglomeramento de mais autistas ali dentro se nem os que estão ali dentro estão sendo atendidos adequadamente, infelizmente. Tinha que ter um Certa em cada região de OP pelo menos. A gente tem família que vem da Restinga, família que vem de todos os cantos para o Certa. Então o que vai acontecer? A gente não pode tapar o sol com a peneira, dizendo: “Deem amém para o Certa.” Não. Nós precisamos de locais, e hoje se pensa no Certa+.

A gente vai pensar no Certa+ sem estabilizar o Certa das crianças? Como é que vai fazer? Como é que vai ser esse funcionamento? Não tem como ser, porque a gente tem que pensar que quem está lá na ponta dessa corda são os nossos autistas. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Érika. Depois, nós teremos ainda alguma chance de retorno.

Eu queria ouvir desde logo a Sra. Rosenice Brittes, que é presidente da AFAPA – Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo.

SRA. ROSENICE CAMBOIM BRITTES: Boa tarde, meu nome é Rosenice Brittes. Eu sou mãe atípica, sou advogada, sou membro da OAB, da Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e hoje estou representando a Nara Pinheiro, que é a presidente da associação. Lá, eu faço um trabalho voluntário como advogada, já que não se está dando conta, tanto a Defensoria, e está uma dificuldade muito grande para se conseguir consulta e terapia. Então eu uso a arma que eu tenho e hoje é o Judiciário. Eu estou enlouquecida, a Defensoria está até gostando, porque eu vou entrar com muita..., porque são muitos associados. Nós somos 441 associados só de Porto Alegre, sendo que o nosso grupo – nós temos três grupos de WhatsApp – são 128 pessoas.

Mas, assim, para eu conseguir separar, porque eu tenho minhas outras atividades, eu tenho outras comissões, eu estou prestando assessoria aos associados quase que 24 horas. Porque o que acontece com as crianças? Além de nós não termos auxiliares especializados para as crianças, nós não conseguimos terapia, há dificuldade para medicamento. Hoje, uma consulta para o neurologista está tendo mais de 200 dias. Como é que uma criança pode esperar? O autista tem o lapso temporal, que é a plasticidade neurológica, a gente tem que aproveitar aquele portal, só que, chegando quase um ano, as crianças perdem muito. Então eu me sensibilizei, eu sou servidora do TRF 4, aposentada, graças a Deus não vivo disso, mas tenho uma filha autista, com 23

anos, o diagnóstico dela foi conseguido só o ano passado, porque os médicos, antigamente na faculdade, não se via o autismo, mas como mãe, eu sabia que tinham alguma coisa. Então ela foi fazendo terapia, TCC até hoje. Hoje ela está na faculdade cursando medicina veterinária, mas a minha luta é diferente das outras mães. Tem muitas mães que não têm condições, vivem do BPC, porque elas têm que trabalhar, elas têm que ficar vinte quatro horas cuidando daqueles filhos. Então eu estou aqui para focar, porque o meu objetivo agora é, espelhando no que eu consegui com a minha filha, eu quero para as outras crianças também. É isso.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Dra. Rosenice Brittes, aliás é importante que integre ou talvez presida da comissão na OAB.

SRA. ROSENICE CAMBOIM BRITTES: Eu sou membro da comissão permanente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Quem é que preside lá?

SRA. ROSENICE CAMBOIM BRITTES: É o Dr. Jarbas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado pelo seu depoimento.

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Boa tarde. Eu estava ouvindo a Érica e ela disse uma coisa importante, que saúde é direito de todos e é dever do Estado. E o Estado, principalmente falando no Estado como instituição, o município de Porto Alegre tem deixado muito a desejar. A gente tem batido muito com o Conselho Estadual de Saúde com relação às terceirizações na Atenção Básica, 95% da Atenção Básica de Porto Alegre é terceirizada. E quando tu falas que as pessoas que têm o Transtorno do Espectro Autista têm que ter esse vínculo com o seu terapeuta e tal, isso não existe, porque a desde a Atenção Básica a rotatividade é muito grande e há um conflito de interesses também.

Estou falando rapidinho porque tenho só três minutos. Há um conflito de interesses, porque hoje a Atenção Básica de Porto Alegre está entregue aos hospitais, principalmente ao Vila Nova, que administra vários postos; Santa Casa também, antes o Divina também estava administrando, o Mãe de Deus caiu fora disso, enfim. Além do Conselho Estadual de Saúde, eu também sou conselheira no Conselho Municipal de Porto Alegre, junto com meu colega Nelson aqui, e a gente bate muito na importância de valorizar o servidor público para que tu tenhas uma equipe que conheça seu território, que conheça as pessoas que vão lá, porque é um problema também Erica e Rosenice, quando tu não conheces aquele jovem, aquela criança, quando tu não tens aquele vínculo com ele. E como tu mesmo falaste, parece que antigamente não se estudava autismo nas faculdades de medicina, é verdade. Mas eu conheço casos mais antigos, a minha filha inclusive é médica e teve um colega autista que se formou com ela. Ele demorou um pouco mais, mas se formou lá e trabalha com patologia hoje. Então existe vida, sim, e vida funcional, produtiva, mas eles têm que ter acesso às terapias, a tudo que estiver ofertado para eles. E como a Érica falou que ela também é autista, hoje se vê muito também o diagnóstico tardio. Muitas mães descobrem seu autismo depois que viram mães atípicas, não sei se foi o caso. Então é isso, para começar. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Inara Ruas. Eu quero ouvir o meu amigo Nelson Khalil, que é presidente do Conselho Estadual das Pessoas Com Deficiência, PCD.

SR. NELSON KHALIL: Boa tarde a todos e todas, é um prazer estar aqui. Quero cumprimentar o meu amigo Ver. Pedro Ruas, todos os vereadores, a Biga, o Adeli, a Fernanda, particularmente a minha amiga Nara aqui. Eu que queria começar, respeitosamente, Ver.^a Fernanda, dizendo que felizmente nós estamos certos, eu concordo com a senhora, felizmente a Prefeitura fez o dever dela, é dever fazer, só que fez como tudo o que se diz respeito às pessoas com deficiência, por menos da metade. Então, o Certa deixa muito a desejar. Graças

a Deus nós temos agora a competentíssima Josiara na diretoria do Certa, que a gente pode talvez conseguir um caminho melhor, mas sem o Poder Executivo estar presente e incentivar, nós vamos continuar tendo os mesmos problemas, nós vamos continuar tendo 90% da ocupação do Certa por via judicial, o que é um absurdo. Nós vamos continuar tendo falta de monitores nas escolas, nós vamos continuar tendo todas as dificuldades que todas as pessoas com deficiência encontram em todos os lados. Por exemplo, foi citado aqui sobre o Cerepal, o Cerepal quebrou, e o governo municipal continua incentivando o Cerepal, continua fazendo aditivos num contrato com o Cerepal, devendo fortunas para o Executivo. E o Executivo continua alimentando uma instituição falida, sem favorecer outras instituições, como por exemplo, a AACD que presta efetivamente o serviço para esta capital. Então nós temos que olhar a pauta das pessoas com deficiência, e todas as pessoas com deficiência, o autismo, físicas cegos, surdos, todas elas com atenção. E a Prefeitura de Porto Alegre ignorou completamente a pauta da pessoa. Por exemplo, só para citar um exemplo aqui que foge ao autismo, as obras do Centro Histórico de Porto Alegre são completamente inacessíveis, nós não temos, por exemplo, piso tátil no Centro de Porto Alegre. É um absurdo ter essas questões. Então, eu peço perdão pela ênfase, mas a gente vem lutando há muito tempo, e a nossa pauta é permanentemente relegada para “se der, a gente faz. E, se cair de jeito, a gente faz uma tapeaçozinha qualquer ali, e vai engambelando essas pessoas”. Obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Nelson Khalil. Eu vou mudar o lado da mesa, e eu sei que a Gisele se sente contemplada na fala do Nelson. Quando houver algo a complementar, sempre façam uma inscrição, por gentileza. Obrigado. No nosso Regimento, é importante registrar isso, às vezes, a pessoa diz: “ Bom, mas ele bota o vereador...” Pelo nosso Regimento, em qualquer sessão da comissão, sempre que o vereador pedir a palavra, ele a terá. Claro que é um tempo limitado também, mas é do nosso Regimento, e nós cumprimos. Passo a palavra à Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Rapidamente, Nelson, em relação ao Cerepal, tinha uma emenda que eu destinei, do ano passado para este ano, para o Cerepal, um valor alto, para que eles tivessem total autonomia de produção de energia solar, eles têm uma conta muito alta de energia elétrica. Eu não pude destinar a emenda a eles, porque eles estavam no Serasa das instituições. Eu fico imaginando, se a Prefeitura não tivesse ajudado eles nesse momento, e eu nem sei como que ela conseguiu fazer isso, mas qual seria o destino de todas as pessoas que dependem do Cerepal? Isso é uma coisa muito séria que a gente tem que tratar no nível da Comissão de Direitos Humanos sim, mas também em relação à questão de todas as entidades, que, antigamente, não tinham essa necessidade tão veemente de ter uma prestação de contas aprovada e que hoje têm, e algumas delas ainda não conseguiram se adaptar a isso. Elas precisam de apoio, muitas vezes, da iniciativa privada ou de advogados ou de consultores ou de contadores, para que consigam regularizar sua vida e voltar a fazer a prestação de serviço que elas faziam. A demanda que a gente tem hoje no Município, ela é tão grande que nós não podemos abrir mão de nenhuma entidade que está operando, nós precisamos de mais. A gente também precisa ter – e aí eu vou levar isso até o governo Melo – uma forma de que essas instituições tenham um aporte do Executivo, e nós temos que aprender a cobrar mais do Estado, do governo estadual também, porque não podem essas instituições depender única e exclusivamente, como parece que é hoje, de emendas de vereadores. Hoje se o Certa não tiver emenda de vereador, como é que fica? Nós tivemos muitas emendas de vereadores para diversas dessas instituições. Como fica se os vereadores não apoiarem, se os 36 vereadores resolverem focar em outra coisa, como ficam? A gente não pode ter essas instituições num estado de vulnerabilidade econômica, dependendo de emenda parlamentar. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, vereadora. Eu passo a palavra para a Sra. Geórgia Volkmer.

SRA. GEÓRGIA VOLKMER: Boa tarde a todos. Eu estou à frente da coordenação da área técnica da saúde da pessoa com deficiência. Sou também conselheira no Comdepa. Eu a ajudo a executar as 48 metas do nosso plano municipal da saúde da pessoa com deficiência, que é um plano que começou em 2022 e vai até 2025. Apenas para a gente pensar que, nas metas desse plano em relação ao autismo, a meta que se tinha era simplesmente a entrega do Certa. Só que, quando se pensou lá em 2022, parecia que ia ser algo que ia dar uma grande resolutividade nessa questão. Claro que hoje gente vê que não foi suficiente pelo número. O número realmente, pelo sistema Gercon, é muito alto para a reabilitação intelectual, um número assustador. E o número de judicializações ainda é muito maior. Todos os locais que prestam atendimento à pessoa com autismo, que são poucos – o Cerepal, o Santa Ana e o Certa –, já não são mais suficientes, por quê? Porque existe uma grande porta de entrada e, até o presente momento, a gente não conseguiu pensar num fluxo, numa porta de saída, porque a gente sabe que a pessoa dentro do aspecto autista vai precisar de terapia, de tratamento ao longo da sua vida. Eu estava conversando, esses dias, com o CER Santa Ana, que diz que, desde que eles abriram, tem muitos casos que não deram alta, não se conseguiu encaminhar. Os poucos casos em que se conseguiu ter alta acabaram voltando para a unidade de saúde por falta de apoio, de entendimento, de forma geral, por falta de ter um olhar, talvez, da escola. Acabaram voltando para a fila de novo, meio que um ciclo. Isso a gente tem visto diariamente. Eu recebo, como eu falei, acho que uns seis, sete processos judiciais por dia. O que a gente está fazendo em relação a isso? O primeiro movimento era a gente tentar abrir novos centros especializados de reabilitação, para a gente tentar, porque daí vinha financiamento do Ministério da Saúde. A gente sabe também que é um passo demorado, porque eles vão colocar e vão dar, tem tipo uma fila de espera, e eles vão pegar dentro dos vazios assistenciais, isso tem uma fila. Se eu não me engano, a AACD está desde 2019, 2020, por exemplo, tentando virar um CER e ainda não saiu.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Um minuto, Geórgia, dentro dos três. Teria uma prorrogação de um depois.

SRA. GEÓRGIA VOLKMER: Resumindo, o que se conseguiu então? Neste momento, que até nós estamos numa equipe, a gente está fazendo credenciamento de clínicas especializadas para TEA, para atendimento. Estamos na fase, inclusive, de vistorias. Neste primeiro momento serão 180 vagas, a gente sabe que neste momento 180 vagas é pouco, mas a gente entende que é um primeiro passo, depois do Certa, para conseguir evoluir um pouquinho mais.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. De imediato, nós temos aqui Nelson Khalil, em nome da comissão agradeço. Também saudamos a presença da diretora Josiara Alves de Souza, que é justamente diretora do Comitê Gestor do Certa. Por favor, está com a palavra.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Boa tarde, boa tarde a todos os vereadores, saudando a Érika, saúdo todas as mães, que são o grande motivo de estarmos aqui, de fazermos parte do Centro de Referência do Transtorno Autista. Desde a primeira reunião eu componho o Comitê Gestor, estive em todos os processos, não foi um processo simples, o meu amigo, o Seu Nelson sabe o quanto nós dialogamos, o quanto conversamos, porque essa é uma pauta que precisa ser construída, ela ainda não está pronta. O Certa abriu para 250 atendimentos; nós sabíamos que seria pouco, que não seria o suficiente, e nós atendemos hoje 272. Temos também uma demanda... Por que não entram – eu já vou entrar por este caminho – crianças no Certa, por que estacionou? Não estacionou, nós temos um grupo de crianças no Certa que, como a própria Geórgia colocou aqui, não temos ainda como fazer nenhuma transferência do seu cuidado. Elas precisam estar lá ainda, elas precisam das terapias, elas ainda precisam dessa rotina, e nós teremos crianças que, pela sua rigidez cognitiva, vão precisar daquele espaço ainda por mais tempo, por muito tempo, talvez

porque a gente também não pode ser precoce e tirar uma criança do atendimento para ela retornar para uma fila. Me assusta quando eu ouço dizer que as crianças vão retornar para a fila, não podemos admitir isso.

Para quem não me conhece, eu sou professora da rede, fui da rede estadual, tive experiência em gestão, então eu sei o quanto é necessário um trabalho colaborativo, o quanto é necessário estar junto às famílias, junto aos terapeutas, junto a cada criança, juntos no trabalho para a gente poder construir e qualificar. Porque o Certa agora tomou um novo rumo, um novo encaminhamento, que é a qualificação, e a qualificação só vai acontecer se nós formos ouvidos, escutados. Eu escuto as mães, mas nós, enquanto centro de referência, também precisamos ser escutados, nós precisamos fazer parte deste momento em que está se pensando em qualificar a política, porque é uma política, e isso nós não podemos negar. Nós não temos um projeto, nós temos uma política pública, e as políticas públicas no Brasil – o que é o grande problema – muitas vezes não são avaliadas, elas não são avaliadas para ver a sua continuidade, para ver os investimentos, e nós precisamos ter isso. O Certa nos ensina isso, é o primeiro espaço, equipamento que une saúde, educação e assistência social. Então o desafio é maior ainda, passa por três secretarias, envolve três gestores, e nós precisamos estar juntos, conversando, dialogando e buscando alternativas. O que nós não podemos, em momento nenhum, é simplesmente querer extinguir a política para melhorar o caminho. O caminho é a gente se unir, fortalecer todos os espaços, principalmente, volto a dizer para vocês, os espaços de escuta – eu sou uma pessoa muito tranquila, muito aberta, estou sempre disponível a ouvir qualquer mãe – e reconhecer quando nós precisamos corrigir. Que bom que nós conseguimos corrigir algumas coisas no caminho e qualificar, e hoje o Certa demanda mais profissionais para atender as 272 crianças. Não basta nós colocarmos mais espaços na cidade sem primeiro qualificarmos e acrescentarmos profissionais já no centro que nós temos hoje. Nós precisamos, sim, depois a gente precisa fazer uma fala sobre o Certa após 12 anos, precisamos pensar nos adultos, mas primeiro nós precisamos fazer com que essa política se fortaleça para poder continuar os investimentos e continuar o

nosso trabalho com os demais, porque eu também entendo – e esses dias eu visitava um espaço onde tem adultos – que a gente vai precisar, em algum momento, em Porto Alegre, pensar nesses TEAs adultos que estão fora de todos os espaços, inclusive estão fora da sociedade, estão na margem, a gente diria assim na escola, no limbo: não pertencem a ninguém, não são de ninguém, e não existem para a sociedade. Nós precisamos transformar a nossa sociedade numa sociedade inclusiva, e aqui eu não trago só o TEA, a nossa demanda de inclusão é muito grande, ela precisa ser falada, ela precisa ser conversada, e isso faz parte do nosso trabalho, do nosso dia a dia. Eu me coloco à disposição sempre. Obrigada pelo espaço.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Imagina, nós que agradecemos, Sra. Josiara Alves de Souza, a sua gentileza em estar conosco e prestar esclarecimentos que, sem dúvida, são muito relevantes e serão maiores ainda na sequência dos trabalhos. Eu não lembro se, pela ordem, é a Julyana Ribeiro, que é a coordenadora administrativa do Hospital Vila Nova, é isso? Então lhe passo palavra, depois retorno para senhora.

SRA. JULYANA VAZ PINTO RIBEIRO: Boa tarde a todos, obrigada pelo espaço, Ver. Pedro Ruas; boa tarde, Érika; boa tarde a todos da Mesa; boa tarde às mães, com quem a gente convive bastante no Certa. Como sou coordenadora administrativa do Certa, faço a gestão parceirizada com o Hospital Vila Nova. Nós temos uma parceria muito grande da Secretaria do Município, da Secretaria de Educação, da Assistência Social, a Josiara está lá no Certa todo dia conosco, e nós, sim, tivemos um primeiro ano de implementação do Certa, com um serviço novo, onde a gente precisou entender a nossa demanda. A demanda, inicialmente – o plano de trabalho nos trazia – era de que, de repente, nós pudéssemos fazer várias atividades em grupos, de que nós poderíamos fazer um tipo de intervenção multidisciplinar e interdisciplinar que, quando chega a demanda real, porque aquilo que o papel comporta nem sempre, se chega, é a realidade, quando chega a demanda real, a gente teve que fazer diversas

flexibilizações. As crianças hoje que nós temos no Certa, nem todas comportam um atendimento de grupo, uma atividade coletiva, um atendimento principalmente. A grande maioria, eu acho que mais de 90%, necessita do atendimento individual. E o que acontece? O que aconteceu então? O RH que nós temos hoje, ele não é o suficiente para nós atendermos toda a demanda que nós temos, e isso já foi passado para as secretarias, as secretarias estão trabalhando em conjunto com relação a isso. Nós precisamos aumentar nosso RH. O hospital Vila Nova tem toda a vontade e obrigação de prestar o melhor atendimento, nós estamos agora aprimorando. Uma das questões que nós visualizamos como Certa era melhorar muito a nossa comunicação com as famílias; implementamos então um diário de terapias para que isso aconteça melhor, isso aconteceu recentemente. Nós estamos iniciando o processo de revisão de plano terapêutico de todas as crianças para que fique muito mais claro o que o Certa irá trabalhar, qual é o objetivo de curto e de médio prazo, e isso é importante. É importante cada vez inserir mais a participação da família. Por mais que o Certa consiga fazer todo um atendimento de dez horas, ainda é muito pouco; na verdade, é a família que vai estar o maior tempo com a criança e a família precisa participar. A família precisa entender de onde a criança saiu do Certa e precisa continuar aquela rotina, aquele tipo de intervenção, aquele tipo de comunicação que foi iniciado lá. E é esse o nosso aperfeiçoamento que nós estamos buscando no Certa agora, neste momento. Acredito que estamos no caminho certo para melhorar. Nós sempre ouvimos, recebemos as mães lá. Temos sim, vereador, ainda os nossos pontos de fragilidade, eu não tenho problema em reconhecer isso, mas com relação à equipe, no que tange às terceirizações, com relação à equipe, eu tenho muito orgulho da minha equipe do Certa. Os terapeutas, os pedagogos, os psicopedagogos, as assistentes sociais, a equipe de enfermagem, os médicos, eles são muito bons e muito qualificados e prestam um atendimento muito bom. Eu acho que a demanda é que queremos poder atender mais, mas o atendimento que é realizado lá é sim um bom atendimento no meu entendimento enquanto gestora dessa equipe. É isso, obrigada por ouvir.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Eu vou inscrever depois a Ver.^a Biga Pereira, a pedido dela, mas antes ouvindo a senhora Renata Pardal, a quem eu agradeço a presença também, é claro, que representa a Secretaria Municipal de Educação. A senhora está com a palavra.

SRA. RENATA RIBEIRO PARDAL: Boa tarde a todos, saúdo todos os presentes na Mesa, saúdo as famílias, saúdo todos os presentes. Eu estou como coordenadora da educação especial da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre desde agosto de 2024. A partir desse momento, nós estamos construindo, juntamente com o Certa, em reuniões com a professora Josiara, que também foi coordenadora, esteve coordenadora da educação especial. Sou professora da rede também, e a gente vem fazendo a escuta durante as assessorias nas escolas, ouvindo as famílias também sobre todas as questões que perpassam a educação especial e o Certa e compondo com a nossa equipe, buscando essas melhorias. Estamos sempre em contato com a diretora Josiara para que a gente consiga, a partir de agora, construir essa parceria, porque o programa já está instituído, ela vem fazendo um excelente trabalho, mas a gente sabe, como ela mesmo explicou, que tem várias outras situações que perpassam esse momento. Então, assim, nós como secretaria de educação estamos à disposição para compor com vocês nesse grupo e levar nas nossas próximas reuniões, que nós já temos mensalmente, o que a gente for articular para essas melhorias. Nós sabemos que são necessários vários processos, porque a gente sabe, como disseram as mães, e a gente tem trabalhado direto sobre isso, que bom que agora existem pessoas qualificadas que estão diagnosticando, mas a gente precisa também dar continuidade aos atendimentos, precisamos também auxiliar as nossas famílias. Então a gente está trabalhando de forma conjunta para que os nossos alunos possam ser atendidos.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, senhora Renata Pardal, que representa a Secretaria Municipal de Educação, pelo seu depoimento

também esclarecedor e também propõe um futuro que é o que todos queremos aqui. Evidentemente, gente, ninguém é contra a evolução nesse sentido. O que há, e me parece bem claro, Khalil, Nara, Érika, doutora Rosenice, o que há é um conjunto de demandas que se tornam cada vez mais urgentes e uma eventual incapacidade do poder público de responder adequadamente. Mas eu acho que todos nós temos, tenho certeza, o mesmo interesse e precisamos chegar em um nível de encaminhamento que isso possa acontecer. Cada um de nós, e eu falo por mim também, conhece, na sua relação familiar, alguém com o Transtorno do Espectro Autista, em casos mais severos ou menos severos, e sabe o sofrimento familiar que isso traz. Todas e todos aqui sabem disso e algumas, alguns são mais afetados dos que estão aqui. Mas há essa intenção de chegarmos, pelo menos, em alguma melhora, sem a ilusão de que as soluções difíceis estejam diretamente, em curto prazo, ao nosso alcance, mas também cumprindo a nossa obrigação de melhorar a realidade que encontramos. Vereadora, com muita alegria, Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Pedro Ruas, eu inicio a minha fala me solidarizando com as mães. As mães de famílias atípicas estão extremamente sobrecarregadas, porque é quase que individual a sua luta, quando a gente percebe que todas essas demandas estão extremamente reprimidas. A gente já ouviu – e é isso, Ver. Ruas – vários relatos de pessoas até muito próximas de nós. Às vezes, a gente se pergunta... Mães que levam a criança para a escola, às vezes, não dá nem tempo de chegar em casa e já recebem a ligação pedindo para que voltem para buscar aquela criança novamente. E eu fico me colocando, por vezes, no lugar da professora, que ela tem toda aquela turma para dar conta e ela não tem monitoria, e ela se socorre e chama a mãe. Bom, a mãe não tem a quem chamar. A professora ainda tem a mãe para chamar, mas a mãe não tem a quem chamar. Então, isso é muito dolorido. Eu acho que nós estamos diante de um grande desafio.

Eu concordo, Ver.^a Fernanda, com tudo que disseste aqui, da importância do Certo, da importância de a gente buscar alternativas para enfrentar, mas o fato

é que precisa enfrentar. Essa situação só cresce. Nós, inclusive aqui na nossa pauta – não é, Ver. Ruas? –, trouxemos aqui cerca de dez questionamentos, quer dizer, a alta rotatividade dos profissionais no Certa nos preocupa sobremaneira, isso nos preocupa. Como assim: tanta rotatividade? Isso é horrível para as crianças, é horrível para o coletivo funcional.

A capacitação dos profissionais contratados aqui, Renata, na educação, eu tenho várias perguntas. E tem uma situação que chega a ser engraçada de tão dolorosa que ela é, para a gente dar uma aliviada. Porque tu meio que classificas assim: bom, nós temos hoje nas escolas as crianças laudadas e as crianças sem laudo. Cara, que rótulo horroroso! Então a mãe diz assim: “Meu filho tem laudo. O meu filho não tem laudo”. Um negócio na testa assim: de laudo ou sem laudo, daí o tratamento é diferente, fundamentalmente o tratamento é diferente, se tu tens ou não tens monitoria, simples assim. Então, nós temos o TEA, temos o TDH, nós temos várias demandas nessa ordem, e aí nos preocupa porque nós fizemos inúmeros pedidos de informação à Prefeitura, de cada caso que nos chegava e nós fizemos, Ver. Ruas, com respostas que chegam a ser hilárias. As chamadas de profissionais especializados, eu não tenho notícia de que tomaram posse. Quantos tomaram posse, Renata? Quantos monitores tomaram posse? Todas as escolas estão com monitoria? Como que está isso? Não, não é? Não, não tomaram posse. A demanda é gigante e não tomaram posse, Ver. Ruas. Agendas com a especialidade Neurologia Pediátrica, para dar o famoso laudo, para que daí tu vais para o outro ponto, que é pedir a monitoria na escola. Esses dados de que... Eu recebi por informação oficial, gente. Hoje, 2.445 pacientes na fila. A oferta de quatro por dia, ou seja, a espera é de 481 dias, mais de ano esperando para receber o agendamento, tu percebes, vereador?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sem dúvida. Esse dado é diferente e superior ao anterior que tínhamos, de 200 dias. Aqui nós vimos 481 dias.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não, eu tenho aqui por escrito, é a Prefeitura, vereador.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não, eu acredito no seu dado, só quero dizer que, no nosso encaminhamento de ata, estávamos com 200 dias, não é, Nelson Khalil? Agora são 481 dias.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está aqui assinado pelo Sr. Prefeito Melo a informação, então é oficial, eu lhe passo, vereador.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu não tenho dúvida de que está correto.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está aqui o Sebastião Melo nos informando: “Informo que a média do tempo entre a solicitação e o agendamento da consulta aparece especialidade e prioridade, no ano de 2023, foi de 481 dias”. Média ainda, média, média! Então é assustador, gente! É assustador tu olhares para esses lados, essas respostas e se deparar com essa situação. Fernanda, já foi? Cadê a Ver.^a Fernanda? Já foi? Eu acho que não, acho que ela volta.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Claro, claro.

SR. NELSON KHALIL: O tema do nosso encontro é: “Autismo não é modismo”; o autismo dá evidência. Se isso está acontecendo com a deficiência que está em evidência, imaginem o que está acontecendo com os outros.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Exatamente...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Que não estão em evidência.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Exatamente. Boa parte porque ele traz a este debate. Então, nós, a Comissão de Direitos Humanos coloca isso que o

Ver. Pedro Ruas propõe aqui, coloca esse desafio com uma demanda humana, gente; humana! É isso. É sobre isso que nós estamos falando. Há um déficit civilizacional, gente. Como é que nós nos enxergamos enquanto civilização, em abordar esse tema com uma demanda tão reprimida, gente? Tão reprimida! É um absurdo! E aí a gente se pergunta, aqui – não é, vereador? –, na classificação de prioridades no Gercon, quem define a prioridade da criança e de cada pessoa, gente? Quem é que define? Com qual critério? São coisas que nós precisamos saber. Oi? Como é que é isso? Então, gente, é assustador quando a gente recebe essas informações oficiais da Prefeitura e tem respostas chocantes, de nos informarem essas coisas assustadoras. Vou ler só essa aqui, resposta da Fundação Administrativa oficial, aqui (Lê.): “...por fim informo que a especialidade está com demanda reprimida, aguardando disponibilidade de vaga para agendamento.” A demanda está reprimida? Oi? Gente, é assustador. Então, eu termino, vereador, para não extrapolar o tempo, dizendo que, sim, o meu mandato está inteiramente à disposição e nós estamos repassando emenda para esse tema, a AFAPA sabe disso. Estamos construindo – já concluindo – o nosso conversado com o trabalho todo do Projeto Angelina Luz, a Érika tem nos ajudado para disponibilizar a emenda para a AFAPA tratar dessa questão. Assim como outras demandas que possam chegar, a gente ainda está à disposição para discutir emendas; a nós nos interessa, de verdade, enfrentar isso, não como a moda, não como uma palavra de moda, mas como uma realidade assustadora vivenciada especialmente pelas nossas mães. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver.^a Biga. Com muita alegria, passo a palavra para o Ver. Adeli Sell, que é vice-presidente desta comissão.

VEREADOR ADELI SELL (PT): A cada dia que passa nós vivenciamos um complexo dificultoso mundo de novidades, porque o tema, apesar de já ser abordado há duas, três décadas, no entanto, aparece com mais vigor mais recentemente e mais problemas vão se acumulando. Por isso eu vou tentar fazer algumas proposições, para que a gente saia dessa nossa dificuldade. E, como

nós temos o concurso basicamente de três secretarias no Município, eu proporia que talvez, se a comissão assim aprovar, que se crie um trabalho no sentido, em primeiro lugar, de esclarecimentos para a população. E sempre busco o sítio eletrônico da Prefeitura, em cada área, para ver o problema que nós enfrentamos. Quando da enchente, eu fui para a questão da pessoa idosa e fiquei decepcionado, não tinha nada, não tinha nem um contato de telefone, nem a pessoa responsável. Depois, nós fizemos uma discussão aqui, eu vi que era pior do que eu imaginava. Então, eu acho que tem que ter, em primeiro lugar, o concurso das três secretarias, de ter uma aba que trate bastante isso, inclusive na questão de esclarecimentos para a população, e talvez um material didático para todos os alunos de todas as escolas. Porque eu vejo o seguinte, eu tenho uma vizinha que tem um espectro bastante severo, e acompanho outras famílias, e vejo que as pessoas do meu edifício, que, supostamente, são de classe média, classe média/alta, civilizados e inteligentes, mas tem uma senhora que tem curso superior, que se acha, ela desce no elevador social com cachorro, e a menina, o grande problema dessa menina é o cachorro. E não é a primeira vez que isso acontece. Eu cito esse exemplo, mas isso deve se repetir à exaustão com outros exemplos. Eu não sou especialista, mas eu sei que a criança autista tem, normalmente, alguns traumas maiores com uma ou outra questão. No caso, me parece que com relação a essa menina o cachorro é um grande problema. Ela já mudou de colégio, ela estava num bom colégio, a mãe tem muitas condições de cuidar. E outra coisa que eu vejo, no Rio Grande do Sul, aqui, eu nunca ouvi falar em pai atípico. Fala-se de pais atípicos. De mãe atípica eu ouço falar à exaustão. Então nós temos um problema também é de que essa questão é uma questão da família. Como é que nós vamos integrar isso? E um outro tema que eu queria que vocês pautassem, eu vou sair agora no final do ano, mas eu continuo cidadão de Porto Alegre, tem também essa questão da pessoa idosa. Porque nós temos idosos autistas, a gente não sabia. Quando nós fomos ver a questão dos alagamentos com a pessoa idosa, a gente ficou enlouquecido. Tem um livrinho que a gente acabou produzindo: “Perdi tudo, e agora?”, onde nós tratamos fundamentalmente do idoso. Então, esse assunto também do idoso me

interessaria, porque a gente acabou de lançar um livro, o segundo livro sobre essa questão do envelhecimento, e o nosso grupo, que é um grupo de estudiosos de várias áreas, a gente está... Até já pode mostrar a capa do nosso livro, o último que saiu. (Tânia mostra.) Nós fizemos exatamente esse livro para tratar dessa questão do envelhecimento. E esse grupo, juntamente com outro grupo de pessoas, nós estamos pensando o tema das PICs. Até se alguém tiver, depois... “Metamorfose da vida, a arte de envelhecer”. São profissionais de várias áreas que trabalham essa questão da pessoa idosa. E a gente quer trabalhar no ano que vem a questão das práticas integrativas complementares, e se tiver alguém que trata, por exemplo, essa questão junto ao autista, eu quero contato, porque pode fazer parte duma próxima publicação que o nosso grupo quer fazer. Então eu fico basicamente nisso, Pedro, sobre a questão das três secretarias poder ter seu GT e trabalhar essa questão da informação; tem que ter alguma coisa no sítio eletrônico, tem que ter folhetos nas escolas, que os pais e as mães recebam. Porque eu vejo que é um preconceito incrível. É uma falta de consideração, de humanidade com a mãe, com o pai, com as crianças, pelo fato de as pessoas não entenderem ou não quererem entender e de não quererem se complicar, de não quererem ter mais um probleminha na vida. Mas imaginem a família. Então, eu lanço um pouco essas ideias de que a gente consiga discutir, de que a gente não tenha só a Câmara Municipal, pois tem a sociedade civil, os seus conselhos municipais, que eu valorizo demais. Então, quero deixar aqui meu abraço, meu carinho, estou quase em fim de gestão, mas eu (Ininteligível.) um cidadão e na (Ininteligível.) eu pretendo fazer o meu trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Adeli Sell.

Eu aproveito para dizer o seguinte: o Dr. Brizola dizia que eleição faz tudo, menos justiça. Vocês ouviram aqui a Ver.^a Biga Pereira, o Ver. Adeli Sell, eles têm um preparo, uma qualificação, uma condição de ser parlamentar, que poucas pessoas têm, seja aqui nesta Casa ou em qualquer outro parlamento, e, no entanto, não foram reeleitos. Isso é uma injustiça brutal. Vocês viram as

condições que têm ambos, vocês viram a condição para a sociedade, o que perde a sociedade com a saída de ambos daqui da Casa. Eu só faço esse registro como uma homenagem a eles, e, de certa forma, como uma revolta minha com aquilo que acontece e que eu não posso controlar.

A Sra. Érika Rocha está com a palavra.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Obrigada, vereador, eu tenho algumas coisas que eu vou pontuar. Primeiro, eu quero saber se as mães atípicas que estão sentadas lá querem ter o espaço de voz e vez.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Uma pessoa levantou a mão lá.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Não sei se agora ou depois?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pode ser logo depois de ti.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu concluo aqui e depois vocês entram.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Vamos fazer menor um pouco, tipo dois minutos, dois minutos e meio.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Ver. Adeli, eu o escutei com muito respeito e eu quero dizer aqui nesta sala que eu não sou nem de classe média nem de classe alta; eu sou pobre e eu sou civilizada.

Sobre livros e cartilhas dentro da escola, eu acho interessante. Hoje, a leitura foge muito dessa nova geração, que é toda internet. Não adianta nada uma cartilha dentro da escola, para ser rasgada, jogada no lixo, se, junto com ela, não vier uma intervenção na educação lúdica para todas as idades. Nós temos aqui uma lei anti-*bullying* ou um projeto anti-*bullying* no Município de Porto Alegre para as escolas? Onde é que está? Porque não é feito nada dentro das escolas, é só para bonito, para papel e para gaveta. Então, se não tiver essa conexão de

cartilha, um lúdico pra cada faixa etária, e, principalmente, as escolas trabalharemos esse projeto anti-*bullying*, que já tem há anos aqui, e que nunca foi colocado em prática, é mais um “faz de conta” que sobrecarrega os nossos filhos e adocece as mães. Quanto à escola, infelizmente, não tem nenhum representante do (Ininteligível.) aqui? (Pausa.) Nós queremos saber, nós queremos resposta. Eu, enquanto conselheira – sou conselheira do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, represento o autismo aqui no Município de Porto Alegre -, e também enquanto mãe, pergunto: como é esse recrutamento do (Ininteligível.) para esses agentes de inclusão? Desde o primeiro momento, eu fui contra esse incluir (Ininteligível.) onde se tem um agente de inclusão a cada dez autistas dentro duma escola. Isso é surreal! É surreal! Quando a gente acha que é um passo para frente na educação inclusiva, são dez passos pra trás. Isso é uma falta de respeito com a vida dos nossos filhos e das famílias atípicas! É inaceitável isso! E eu coloco aqui nesta mesa esse questionamento, com ponto de interrogação bem gigante aqui, porque eu tenho cem por cento... Por que eu trago esse questionamento? Como é que é feito? Se eu tenho ensino médio, eu posso ser, então, agente de inclusão. Que capacitação é essa? Eles passam por um processo psicológico? Porque a gente tem hoje, dentro de uma escola municipal de Porto Alegre um rapaz que se inscreveu, foi chamado pelo (Ininteligível.) três horas depois ele já foi direcionado para uma escola municipal. Vocês lembram do episódio daquele rapaz que tem esquizofrenia e bipolaridade e que correu pelado em Porto Alegre? É ele. Quando esse rapaz que está lá, em contato com uma criança atípica, dentro da escola, se deparar com uma criança nível III (Ininteligível.) com TDAH, que tem crises recorrentes... Eu digo isso porque ele é primo da coordenadora do meu projeto, e a gente se assustou quando ele colocou isso lá. Isso vai ser manchete em todas as mídias! Porque isso é perigoso. Vocês estão colocando em risco a vida das crianças que estão ali dentro. Então, essa interrogação eu vou deixar bem grande – e isso daqui tem que ir pra frente: quem estão sendo colocados para estar em contato com os nossos filhos dentro da escola, onde grande parte dos nossos autistas não tem a comunicação verbal funcional? Isso é perigoso. A gente está falando de vidas

e não de agente jogado dentro de uma escola para tapar buracos. Buracos! E é outra terceirizada. Tudo se terceiriza, menos a saúde mental das famílias atípicas; não é terceirizada a vida das famílias atípicas, não é terceirizada a falta de acesso e a violações de direitos dos nossos filhos!

E quanto à redução de horários, eu quero que a Secretaria de Educação, quem quer que seja minha ponte na legislação, por que vocês têm o direito de reduzir carga horária. Os autistas têm direito de estar dentro da escola? Eu sou mãe atípica, eu quero que a minha filha esteja dentro da escola, e que ela se sinta bem. Eu não quero que a Angelina esteja dentro da escola quatro horas porque é direito de ela estar quatro horas, não. Eu, enquanto mãe, respeito os limites da minha filha, e não é a escola que vai me dizer qual é a suportabilidade ou não, é a criança, é o autista, é aquela pessoa, é aquele ser humano. E nós não temos monitores. Agora com Parecer nº 50, que vai dar todo um direcionamento...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nós temos que concluir.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Sim. Então eu quero dizer que... Eu ia falar sobre o retorno das filas. O que acontece é que no Santana e no Cerepal, desde sempre, a gente fica anos na fila do sistema Gercon e, quando a gente é chamado, são terapias quinzenais de trinta minutos, que é uma vergonha, isso não é internação terapêutica para ninguém. E eles ficam lá de seis meses a um ano, eles recebem alta para voltar, eles recebem alta, o autista recebe alta para voltar para o sistema Gercon, então, a gente sofre violência na educação. Na saúde, é uma balela, uma *fake news* em rede social, enquanto tem mãe doente e criança que só regride, só regride o tempo inteiro.

Então a gente está aqui para construção, por que nenhuma instituição foi chamada para fazer parte do comitê? É nada sobre nós sem nós mesmo ou é só nada sobre nós sem nós, vírgula? Chegou! E a gente quer resposta, a gente quer eficiência, a gente não quer fazer apontamento, a gente quer construir junto, junto. Chega! E a gente quer uma resposta da Abess, porque isso é grave. Do mesmo jeito que tem outro, esse que está lá dentro da escola, ali no Morro da

Cruz, tem outros tantos. Por isso que a gente vê até criança que é abusada dentro de escola como comentou, coloca um *Google* aí. São os nossos filhos, são os nossos tesouros. Respeito à vida, a direitos, é isso, obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Érica. EU vou passar a palavra para quem pedir, claro, para fazer o contraponto. A Sra. Laisa Oliveira está com a palavra.

SRA. LAISA OLIVEIRA DA LUZ: Boa tarde a todos, principalmente, à Érica. Eu queria perguntar para o pessoal da Secretaria da Educação: meu filho é autista, queria saber o que vocês acham sobre isso de ele ficar 15min. e voltar para casa, por que vocês dizem que o sistema funciona. Funciona para quem? Para quem que funciona?

Outra coisa é sobre monitor: tem uma monitora que foi contratada – eu vou ser bem curta e bem grossa – e é usuária de droga. Todo mundo a conhece onde eu moro, um bloco, um apartamento de que ela já foi corrida de lá. Como é que ela trabalha com crianças? Como que vocês têm a coragem de não pegar uma capacitação, um teste de antidroga para isso? Como? Como é que vocês vêm aqui dizer para gente que o sistema de vocês funciona, sendo que vocês não funcionam, vocês estão mentindo perante todos. Eu não tenho indignação, eu tenho ódio. Ódio é o que eu tenho dentro de mim porque eu estou cansada disso, cansada dessa patifaria. Porque vocês só sabem sentar aqui e falar que vão fazer, que vão fazer; chega no final do ano, não vai acontecer nada, empurram para 2025, 2026, e assim vai. As pessoas cansam, todo mundo que está aqui sabe que vai entrar por aqui e sair por aqui, é só isso que eu tenho para falar porque eu tenho ódio! Porque, se eu chegar e ficar falando aqui, eu vou ficar (Estala os dedos.) É no transporte, é na educação, é na saúde é em qualquer lugar. Vocês levam vidas como se fosse assim, um tanto faz, mas a vida dele não é um tanto faz. Enquanto eu estiver viva, vou lutar pelos direitos deles até o último dia da minha vida. E a gente está cansada, cansada. Querem me chamar de louca, eu sou louca mesmo. Eu estou cansada, cansada, exausta das coisas

que acontecem. Eu quero ter uma vida, eu quero trabalhar, eu quero estudar, sabe? Eu já cheguei a um ponto que eu tenho sonhos, eu quero fazer Direito para eu poder ver se eu consigo ter direito para poder dar alguma coisa para ele. Porque, se for depender dos outros, ele nunca vai ter nada principalmente de quem devia ajudar a gente e não ajuda. Quem devia ajudar é o que menos ajuda, não tenho mais nada para falar, obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Fica à disposição o contraponto – é importante – da educação, da saúde, enfim da própria Certa. Mas antes tem uma intervenção do Nelson Khalil, que eu peço que fique na faixa dos dois minutos, Nelson, se possível.

SR. NELSON KHALIL: É. Eu costumo dizer, porque às vezes me acusam de brigar muito. Eu brigo porque tenho duas alternativas: ou eu brigo, ou eu vou para casa chorar. E eu estou brigando por mim, agora, imagina quem está brigando pelo filho! E aí falas como essas que a gente vira e mexe ouve tiram o chão da gente. O que mais me indigna, por que a gente está nessa luta há algum tempo, é ver as coisas involuir em vez de evoluir. Mas eu queria falar sobre – infelizmente a Ver.^a Fernanda saiu – a questão da Cerepal. A Cerepal não é bem assim, eu estava dizendo antes para a Geórgia, a gente estava conversando. Antes eu sempre disse que ruim com a Cerepal, pior sem a Cerepal. Só que hoje eu já não penso mais assim, porque a Cerepal hoje é simplesmente um sumidouro de dinheiro público e um atraso na vida das pessoas com deficiência. Nós estamos deixando de valorizar as entidades que se têm, que fazem bons serviços e ficamos despejando os poucos recursos do Executivo numa entidade que já não presta serviços relevantes. Mas todas essas falas aqui são absolutamente irrelevantes perto de depoimentos de quem mais conhece. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Nelson. Quero dar continuidade aqui, mas a Ver.^a Biga Pereira já havia nos avisado que tem um compromisso imediato e quer fazer uma fala na saída.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu peço desculpas, de verdade. Eu tenho outro compromisso e vou precisar me retirar, mas quero dizer a vocês, o Ver. Pedro Ruas já disse, eu não me reelegi, estou em final de mandato, mas o Parlamento é um dos lugares onde a gente deve travar a luta e encaminhar as demandas. E a nossa voz, a gente sempre disse, Ver. Ruas, nós fizemos deste microfone um megafone das vozes de vocês. Nós encontraremos outros microfones e continuaremos a luta. Portanto, tenham em mim a continuidade do nosso trabalho, onde nós estivermos, nós continuaremos. Eu peço desculpas, eu tenho que me ausentar, mas reafirmo: o depoimento dessa mãe, com o grau de estresse que ela demonstrou aqui para nós, só reafirma a minha fala, Ver. Pedro Ruas, sobre o grau de exaustão que essas mães estão, porque não encontram no poder público a guarida que precisam para suas demandas. Não têm encontrado, é desumano. É desumano, sim, Khalil, a gente ter que ouvir esses relatos, porque é o relato real da vida dessa mãe, como tantas outras que levam o filho para a escola e, 15 minutos depois, têm que buscar. Ela não tem condição de trabalhar, ela não tem condição de estudar e ela não abre mão do seu filho.

Por isso, Ver. Adeli Sell, tu só encontras mães atípicas, pois a mãe não abandona a sua prole, não abandona a sua prole. E, por isso, são mães atípicas e poucos pais, pouquíssimos pais. Essa é uma tarefa nossa. Contem comigo! Nós vamos seguir. Já falei aqui com o Ver. Ruas que todas essas dez questões que foram elencadas aqui, nós vamos encaminhar, não é, vereador?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Já estão no encaminhamento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): No encaminhamento para que a Prefeitura nos dê conta, e nós, da Comissão de Direitos Humanos, somos

parceiros. Eu mesma, depois de sair da Câmara, vou continuar aqui cobrando para que isso dê conta e continuarei junto com vocês, Angelina Luz, com a AFAPA, enfim, ajudando a buscar, coletivamente, soluções para os problemas que são coletivos. Muito obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver.^a Biga Pereira. É sempre importante o seu depoimento, a sua presença e o seu trabalho. Não sei se há uma ordem de preferência; eu imaginei uma, mas isso pode ser modificado, obviamente. Seria importante primeiro a educação, depois a saúde e, por fim, o próprio Certa, nesse sentido, ficando, claro, à disposição para qualquer alteração ou mudança. Então, neste momento, eu passaria para a educação, para a Renata Pardal, porque houve colocações que foram muito específicas, muito diretas para a educação, como a questão dos 15 minutos, enfim.

SRA. RENATA RIBEIRO PARDAL: Dentro dessas questões, vereador, mães, Khalil, claro, a gente veio aqui para construir, viemos aqui para ouvir, para acolher as questões das famílias. Como eu disse para vocês, eu estou coordenadora da educação especial desde o final de agosto deste ano, e a gente está trabalhando nessas questões, ouvindo as famílias. Acredito muito no que a Érika trouxe, de que a gente precisa, sim, além da cartilha, vereador, fazer um trabalho sobre o *bullying*. A gente precisa, porque nós temos adolescentes, nós temos crianças, e a gente precisa trabalhar isso, não só como a senhora disse, não só com a leitura, a gente precisa ter um trabalho mais concomitante nas escolas. E a gente vem trabalhando isso quando a gente faz assessoria, quando a assessoria da educação especial tem indo compor com as escolas, com o AEE das escolas, com o SOE, etc. Acho importante, sim, que precisamos montar um grupo de trabalho para a gente tratar dessas questões.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Se a senhora me permite, sobre a ideia de montar um grupo de trabalho, nós inclusive nos oferecemos aqui para participar também com representação pela comissão. Há duas questões muito específicas

que eu não queria que a senhora encerrasse sem mencionar: uma é a dos 15 minutos e a outra é a qualificação dos monitores, que são escolhidos pela terceirizada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vou só dizer o seguinte: como a Érika falou fora do microfone, não vai aparecer nada, mas a Érika falou corretamente que a escolha dos monitores teria que estar com a Secretaria de Educação, portanto, com o Estado em sentido *lato*, em sentido amplo, o Município, na parte da educação. Isso porque há, sim, problemas de falta de qualificação de monitores. Houve dois exemplos aqui, pelo menos, em que a senhora trouxe: o caso da moça, sobre a qual há informações de uso de drogas. Eu não conheço, mas a informação é pesada. E há também um caso confirmado de uma pessoa sem a condição mental ou emocional para tratar obviamente de crianças.

SRA. RENATA RIBEIRO PARDAL: Exato. Quanto à questão dos quinze minutos, é importante, depois, a gente compor com a família. Mas as questões que perpassam o horário reduzido dos alunos, essas questões são compostas e organizadas a partir de conversas com a família. É importante...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SRA. RENATA RIBEIRO PARDAL: Pois é. O Município de Porto Alegre trabalha a partir da Resolução nº 13 do Conselho Municipal de Educação, e o art. nº 32 considera sobre a frequência adaptada que é montar, se necessário, a partir da suportabilidade do aluno, a adaptação do aluno ao contexto escolar. Mas isso tudo é construído com a família a partir do Plano de Atendimento Educacional Especializado. Então, tudo é composto com a família. Claro, a gente precisa compor com as escolas e fazer, a partir das nossas assessorias, essa

qualificação. Quanto às questões que perpassam a empresa terceirizada, é importante trazer isso para nós...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Qual é o nome da empresa, por favor?

SRA. RENATA RIBEIRO PARDAL: É Abess. É importante trazer isso porque, nós, como educação especial, fazemos reuniões mensais também com a equipe e com a coordenação. A gente compõe, traz as escutas das escolas e das famílias para compor junto com a parceirizada. Então, são importantes essas informações para a gente levar e buscar essas questões para auxiliar as famílias.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Há um encaminhamento aqui que ficou óbvio com relação à qualificação desses monitores. Eu quero dar exemplo aqui rapidamente, se me permitem, mas é importante para o registro histórico, de que não só tivemos problemas na terceirização, que agora foi muito divulgada, da empresa Garoa, com os mortos, enfim. Mas nós tivemos, Inara, historicamente aqui em 2008, 2009 e 2010, eram empresas: a Sollus, que tratava da saúde, dos médicos da família; e a Reação. São empresas que, aliás, fui eu que fiz a denúncia dessas empresas, e elas foram desligadas. Mas trabalharam três anos em Porto Alegre com a Prefeitura, Ver. Adeli Sell, vejam só o nível dessas empresas, Érika, estão envolvidas, a Sollus e a Reação, no homicídio do então secretário de saúde e vice-prefeito de Porto Alegre, Eliseu Santos. Vejam o nível dos contratos, os contratos que são feitos com terceirizadas. Isso é histórico, não é uma opinião, são dados históricos daqui da cidade. E a gente que acompanha... Eu sou o decano, sou o mais antigo aqui e a partir de janeiro serei também o mais velho em idade, mas por enquanto ainda não sou em idade, mas sou mais antigo em mandatos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Em idade ainda não, mas a partir de janeiro, sim. É importante que a gente tenha claro que essas coisas já aconteceram de forma grave. Nós queremos, sim, fazer um grupo de trabalho. Tinha um vereador aqui que sempre dizia: GT, GT, GT... Eu peguei um problema com esse GT, então, um grupo de trabalho onde nós estamos aqui nos oferecendo para participar e estar juntos. Eu queria ouvir a Secretaria da Saúde porque é importante que nós ouçamos. Na verdade, eu quero ouvir todos, claro, mas eu estabeleci essa ordem de modo próprio que pode ser modificado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Claro. Só um pouquinho, quem é a outra mãe?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pois não.

SRA. GEÓRGIA VOLKMER: Enquanto área técnica da saúde, como eu disse antes, a gente já está vendo e sinalizando a importância de a gente entender e conversar sobre um fluxo, uma linha de cuidados; não só para reabilitação intelectual, mas eu entendo que seja específico para o TEA. Já venho conversando, inclusive, com o pessoal do TEAcolhe no Estado para ver até onde eles conseguem nos dar esse suporte para a gente começar essa conversa. Eu entendo, claro, que tem uma questão de organização da saúde, principalmente, mas a gente entende também que essa conversa, assim como o Certa, que eu acho que o nome já está muito bom, pois certamente conseguiu pensar, é educação e assistência social juntos. Porque é tudo que engloba e tudo isso junto também é saúde. E a questão, principalmente do autismo, também é a inclusão em todos os seus aspectos, e incluir também a saúde. Então, a gente precisa pensar num fluxo interno de saúde e num fluxo interno da pessoa do

espectro autista como política pública em Porto Alegre. O que a gente pode dizer é que eu já venho conversando. Agora, no ano que vem, a gente tem que começar a se reunir para que a rede de cuidados pense no novo Plano Municipal de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência. Uma das minhas muitas preocupações é a gente conseguir botar como metas mais do que apenas a construção de um centro. Eu acho que a gente tem que especificar e, dentro dessa meta, conseguir objetivar muito mais do que isso. Acho que, com certeza, vou conseguir contar com apoio também do Comdepa e de todo mundo que apoia e está dentro dessa rede para a construção desses planos e dessas metas para um futuro que tem que ser pensado. Espero que, até lá, quando está previsto esse parecer ministerial, ele venha nos ajudar para que a gente consiga embasar a nossa política aqui de Porto Alegre.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu posso, vereador, só um segundinho. Só para incluir as mães, quando a gente fala da assistência social, porque ninguém sem estar bem cuida de alguém, e essas mães estando bem, o suporte delas vai mais além, porque eu nunca vejo... Essa assistência social para as famílias é inexistente, esse acolhimento é inexistente, e a gente precisa disso urgente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu vou pedir licença para a presidente do Conselho Estadual para, primeiro, ouvir a mãe, que está em pé ali, depois, eu passo para a presidente do Conselho.

SRA. ARIANE DE SOUZA PADILHA: Boa tarde, meu nome é Ariane, eu sou mãe de duas crianças autistas: uma adolescente, que foi laudada agora, faz duas semanas, e do Henrique, que está no Certa. Só que, assim, o Henrique está há 1,2 ano lá. O laudo de lá, eu não tenho. Por enquanto ele está tendo só psiquiatra, fisioterapia e nutricionista. A TO – terapia ocupacional –, ele já passou por três TOs, nesse um ano; cada vez que ele começa a ter a terapia ocupacional, ela sai, então não tem vínculo nenhum. O psiquiatra é a minha maior questão, porque, assim, eu sento na sala com ele, tudo que eu falo eu falo

para a parede, porque ele não me não me dá ouvidos. O meu psicológico, quando eu tenho consulta com ele, eu volto de lá acabada, meu dia acabou, porque faz 1,2 ano que o ... (Ininteligível.) está lá e ele não sabe me dizer o que o Henrique tem. Só que o Henrique já tem um laudo. Eu dizia para ele, doutor, a minha preocupação é que meu filho vai para a escola no ano que vem: como é que ele vai ser tratado no ano que vem? Eu faço parte do conselho escolar da escola dos meus filhos mais velhos, eu sei como a criança é tratada, principalmente por professor. Se ele entra em crise, o professor simplesmente tira para rua, fica no pátio. É bem assim, é escola estadual. E eu dizia para ele e ele dizia para mim: vamos aguardar, vamos aguardar. Mesmo eu dizendo para ele que eu não tinha nem condições financeiras, por quê? Eu gasto com quatro ônibus por dia, para cada terapia que ele vai fazer. E ele não tem as terapias que ele necessita. No... (Ininteligível.) dele, as terapias que têm ali ele não faz. Fono ele fazia na UFRGS. Quando ele foi para o Certa, ele perdeu a vaga da UFRGS, porque ele ia para o Certa, lá ele ia ter tudo. Ele começou a ter fono há um mês e pouco; era para ser uma vez por semana, não está sendo uma vez por semana. O Henrique regrediu muito na fala dele, em um ano.

Então, a minha questão realmente é com essa função do Certa. Eu fui para lá achando que, agora, sim, o meu filho achou o caminho, eu consegui o caminho dele. E, realmente, eu não consegui, não tem as terapias que ele precisava. A terceirizada é o posto de saúde. O meu posto é o Divina Providência, que gerencia lá. Para a minha filha, quando eu comecei a correr atrás, o médico simplesmente não quis mandá-la para o neurologista, porque ele disse que a minha filha não precisava de um rótulo, e ela ser laudada ia ser um rótulo na vida dela, simplesmente isso, e a encaminhou para a saúde mental, e disse para mim: tu ficas contente se até os dezoito anos ela for chamada pelo SUS. Ela tinha doze anos na época, agora ela está com treze. Então, pensa no meu desespero, eu com duas criança, a minha filha estava socada dentro do quarto, ela não saía, ela não queria nem ir para escola mais. E o Henrique eu estava vendo que ia chegar no mesmo caminho se eu não conseguisse fazer com ele pelo menos alguma coisa, para ele não chegar onde a irmã dele estava

chegando. E o rótulo para ela foi essencial, porque, no momento em que a médica olhou para ela e disse, realmente tu és uma criança atípica, ela começou a enxergar diferente. Ela vai para a escola, ela toma a medicação que ela não queria mais tomar, ela entendeu que ela precisava daquela medicação que era necessária. Então, realmente, as mães precisam desse acolhimento. Tem mães do meu bairro que vão no meu portão perguntar como é que eu consegui as coisas, por onde eu fui, como é que eu que eu cheguei aonde eu cheguei. Portanto, essas mães precisam realmente serem vistas e serem ouvidas, principalmente. E ali é um anjo que está na minha vida.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Só um alerta, nós deveríamos encerrar às 16h, são 16h10min, mas eu já consegui mais vinte minutos. Então, às 16h30min, nós vamos encerrar a reunião. Isso aqui é uma reunião oficial nossa comissão, só lembrem disso. Aliás, vocês já estão vendo a minha solidão aqui na Mesa. É muito importante que nós tenhamos esse tipo de tema a ser tratado com tanta profundidade. Depois teremos os encaminhamentos.

A Sra. Inara Beatriz Amaral Ruas, presidente do Conselho Estadual de Saúde-RS, está com a palavra.

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Com todo o respeito aos técnicos, porque, no Conselho Estadual de Saúde, a gente sempre questiona muito a Secretaria Estadual de Saúde, mas sempre respeitando os técnicos. São questões diferente entre os técnicos e os gestores. Mas o que se vê, neste Município aqui, terceirização, parcerização, é tudo a mesma coisa, o que se vê é uma política de estado mínimo, de não valorizar – volto a repetir – não valorizar o servidor. Não valorizando o servidor, você não valoriza o vínculo com a comunidade, não valoriza o vínculo com território. E Porto Alegre, territorialmente, é muito grande, então você não pode ter um centro de acolhimento do espectro autista na Zona Norte, que alguém lá da Restinga tenha que pegar não sei quantos ônibus para chegar lá. Enquanto não acontecer isso,

um dos encaminhamentos que poderia ser, Ver. Pedro Ruas, é transporte social. Eu sou enfermeira em Eldorado do Sul, um município de 40 mil habitantes, é pequeno, mas lá existe uma van que traz as crianças para ACD, leva para terapia; existe essa questão do transporte social. E se gasta tanto dinheiro aqui em Porto Alegre, com tanta porcaria, que pode ser um encaminhamento paliativo neste momento, pensando no bolso dessas famílias. Fazer um cadastro para poder levar. Mas, ao mesmo tempo, tem 272 pessoas lá no Certa e tem muitos na fila de espera. Realmente eu estava perguntando para a doutora aqui como é a questão do TEAcolhe, que é um programa de saúde, da Secretaria da Saúde, que a secretária Alita Bergman está sempre falando – eu participo de alguns eventos – que o TEAcolhe é uma maravilha... Eu fui num centro de acolhimento lá em Santa Rosa e vi a experiência lá e atende...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Não funciona? Lá em Santa Rosa não funciona?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Ah, Porto Alegre. E sempre quando a gente fala em Porto Alegre, agora que eu queria chegar, Porto Alegre, assim como Pelotas, Caxias e alguns outros municípios têm gestão plena, então o Estado tem dificuldade de entrar aqui porque é gestão plena. Essa é a questão. O que nós temos que mudar é essa ideia de terceirização, parcerização. Como aquela mãe falou: Hospital Divina Providência. Qual é o problema da terceirização na Atenção Básica com os profissionais de saúde? E eu entendo bem isso, porque também, lá em Eldorado, de vez em quando terceirizam e é uma questão de eu bater boca com os gestores.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, o que quer dizer gestão plena?

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Gestão plena é que Porto Alegre não tem nenhuma participação do governo do Estado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Entendi. Mas pode ter. Poderia passar a ter.

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Pode passar, se o prefeito permitir. O governo do Estado atende a outros municípios, são mais de 40 com gestão plena, eu citei Caxias e Pelotas porque foi o que... Acho que até Cachoeirinha tem gestão plena, e na gestão plena o município gere os seus próprios recursos. Quando a Renata falou do Conselho de Educação, eu até estava comentando aqui com o Khalil, se eu não estou enganada, o Sebastião Melo fechou o Conselho Municipal de Educação.

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Posso? Eu sou vice-presidente do Conselho Municipal de Educação. Ele não fechou, mudou a legislação e hoje o conselho está sem sede, essa é a nossa grande dificuldade como presidência, conselheiros e assessoria. Nós trabalhamos nas sedes da sociedade civil, que nos são muitas vezes cedidas, ou então *online*. O conselho existe e vem fazendo uma luta muito grande, porque o conselho deveria ser mantido pela Secretaria Municipal de Educação. Nós não pagamos a UNCME há muito tempo, então nós também não recebemos algumas coisas, mas nós nos esforçamos como conselheiros, como presidência, para dar condições de trabalho, para ir buscar junto com os nossos parceiros da própria UNCME, que é a nossa, digamos assim, ligação maior para poder termos acesso. E construímos, há pouco, dois pareceres, um da questão climática, que nós já entregamos para a Secretaria de Educação, embora não tenha sido atendido – isso é outra pauta, as resoluções...

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: As resoluções do controle social não são...

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Não são... E eu faço parte do Executivo, e a minha presidente do conselho é da sociedade civil. Mas nós entendemos que a população de Porto Alegre está acima de qualquer um de nós, e são os nossos alunos, as nossas escolas lá na ponta que precisam deste conselho vivo, e esse conselho, com muita luta, está se fazendo existir.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu quero fazer um esclarecimento, para efeitos de ata: quem fez a intervenção até agora com relação ao que falava a presidente do Conselho Estadual de Saúde, Inara Ruas, foi a Sra. Josiara Alves de Souza, que é diretora do comitê gestor do Certa e vice-presidente do Conselho Municipal de Educação.

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Elogio, Josiara, a tua persistência, mas como eu pensava, o prefeito tentou fazer a mesma coisa no Conselho Municipal de Saúde. Tentou mudar a lei, tirar o caráter deliberativo do conselho, e nós entramos com mandado de segurança, não é Nelson, e estamos firmes lá no Conselho Municipal de Porto Alegre. Já no governo do Estado, o governo do Estado respeita o Conselho Estadual de Saúde. E por que respeitar o controle social e os conselhos? Porque está garantido na Constituição. A lei do SUS diz que nós temos que ter o controle social, e se nós não fazemos análise das contas da Secretaria da Saúde e colocamos no sistema chamado DigiSUS, o governo do Estado não recebe dinheiro do Ministério da Saúde. E se o Sebastião Melo tivesse fechado o Conselho Municipal de Saúde, o conselho estadual é que ia gerir as contas de Porto Alegre, porque ele não poderia mais receber dinheiro do Estado. Então tem que aprender a valorizar o controle social. Obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. A Sra. Érika está com a palavra.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Vou fazer minhas considerações finais. Ficou só um questionamento com relação... São milhões de reais enviados para o Certa, de emendas. A gente está falando de milhões de reais. E a pergunta que fica é: por que o Certa ainda não está dentro do Portal Transparência? Por que o Certa não está no Portal Transparência? A gente diz que são milhões e milhões de reais em emendas, dinheiro público, e ele não consta lá no Portal Transparência. Enfim, sobre o Certa, eu acho que no Certa deveria ter um grupo, a gente já conversou sobre isso, um grupo das mães, das famílias, inclusive uma representante dessas mães, dentro do Certa, feito de forma organizada, por votação, porque essas mães precisam fazer parte dessa construção. Como essa mãe que acabou de falar, que está há um ano e dois meses dentro do Certa e que seu filho nunca teve intervenção terapêutica lá dentro, a gente tem vários relatos igual ao dessa mãe. As burocracias acabam empatando vidas, né? Eu digo burocracia, quando eu me refiro àquela recepção do Certa, minúscula, dois por dois, que a gente já fala há muito tempo. Aí dizem que tem que fazer um projeto, que tem que passar por “n” barreiras para poder ampliar um local que é onde as mães chegam com as crianças. Então, tem crianças que chegam ali reguladas e desregulam, porque tem outra desregulada ali dentro. Quando chove, que tem frio, imaginem, fechem os olhos, um espacinho dois por dois para todas as mães e as crianças naquele espaço. Se não tivessem tantas burocracias, eu acho que, com tanto dinheiro enviado para o Certa, tinha como ter ampliado ali o Certa, né? Porque ali a gente diz sobre o bem-estar, sobre chegar bem e sair melhor do que chegou. Para as mães, o que eu tenho para dizer para vocês é que esse papo que a gente está forte é mentira, porque a gente não está forte, a gente está firme, a gente está se arrastando. Mas sigam, sigam, porque desistir da luta é desistir do filho. A gente segue em união, a gente segue... E eu estou bem feliz com essa modificação da gestão do Certa, da diretoria, porque eu sempre pontuei que o problema do Certa não era os profissionais, que são profissionais incríveis que tem ali dentro, desde os

enfermeiros, os terapeutas a que eu tive acesso até hoje, gosto bastante. Eu bato na tecla que o problema era...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Érika, nem tão incríveis, porque há o psiquiatra que foi referido...

SRA. ÉRIKA ROCHA: Sim, aos que eu tive acesso, porque cada família tem o seu lugar de fala.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): João Paulo, o Dr. João Paulo não está nesse conceito da Érika.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu posso falar dos que eu tenho acesso, e cada mãe tem seu lugar de fala, de experiência e de fazer os seus apontamentos. E que a gente continue, porque a gente tem que realmente evoluir, buscar... E, com relação à escola, também. É isso que eu tenho para dizer, quando a gente diz assim: "Não desistam", parece até um tapa na cara da gente, porque a gente não tem nem força para caminhar, para demanda. Tem mães, que falaram aqui, que não estão em nem um radar. Esse número que o senhor falou de 2.445, o senhor deve lembrar da minhas palavras na Tribuna Popular, no dia 1º de abril...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Lembro.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Foi escolhida, a dedo, essa data por ser o dia da mentira. O que eu trouxe aqui, isso aqui são pessoas que estão no radar; nós temos muitas fora do radar, inclusive mães que passam essa demanda de ir para escola. Aquela mãe que está ali sentada é mãe do Certa, é mãe da mesma escola da minha filha, que é uma conveniada com o Município. A gente cansa de se deslocar até uma escola, permanecer 15 minutos, 50 minutos, e ter que ir

embora, porque a gente não tem vida. Nós não estamos aqui, nenhuma de nós pedimos, para maternar atipicamente, mas recebemos isso, mas a gente pode pedir, exigir e lutar para que todos os nossos filhos, sejam eles crianças, jovens, me dói, porque a Angelina está com 8 anos, daqui a pouco está com 12. Não existe um local de convivência no Município de Porto Alegre para esses jovens – não existe! Se a gente passa todas essas dificuldades com as crianças... O senhor lembra bem do Denilson.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Claro.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Nunca esteve no radar da saúde nem da educação, e a gente tem centenas como o Denilson. Então isso aqui são números ao vento. É resistência, porque nós somos a resistência e a resiliência. É isso.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Luciana Vacari, vai fazer uma observação, não uma informação.

SRA. LUCIANA VACARI: Só para informar, Ruas, pessoal que está aqui, que foi repassada, através do teu mandato, uma emenda de R\$ 100 mil reais para o Certa, que será a compra de dois contêineres-salas. Isso foi o Dr. Alceu que tratou comigo. Eles serão disponibilizados, esses dois contêineres, para administração do Certa, administração, os funcionários que vão usar os contêineres, e as salas serão disponibilizadas para atendimento das crianças.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Existem dois contêineres no pátio do Certa já há algum tempo, mas eu acho que ali é mais para depósito, né?

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: É para guardar, um é material e o outro é a sala de descanso e apoio dos profissionais.

SRA. LUCIANA VACARI: É, esses serão para área de administra do Certa. Os funcionários vão trabalhar dentro dos contêineres e as duas salas serão liberadas...

SRA. JOSIARA ALVES DE SOUZA: Aquela sala que eu te atendi hoje, ela vai passar para os terapeutas, e eu vou para o contêiner, entendeu? Porque aquela era a sala da terapia.

SRA. LUCIANA VACARI: Era isso, Ruas, só para informar, exatamente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, quem fez também intervenções foi a representante do Certa. Então, rapidamente, pessoal, nós temos que fazer os encaminhamentos. Vejam só, a Comissão está fazendo em função do que foi colocado até agora. Aqui foi referido que a população precisa ser esclarecida. Nós vamos ver a maneira de esclarecermos a população.

As perguntas da Comissão, da pauta, como pedido de informações da Comissão. Esse é um pedido que foi feito aqui pela Ver.^a Biga Pereira e atende, parece-me, que boa parte do que foi colocado pela Érica, porque isso que vai em nome da Comissão, Nelson, o questionamento sobre a demora nos agendamentos e rotinas prestadas pelo Certa – posto que rotinas são fundamentais às crianças; alta rotatividade dos profissionais de serviço do Certa – tudo é por quê? E por que não muda? Por qual motivo o Certa ainda não consta do portal de transparência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, eis que recebe recursos oriundos de emendas parlamentares, incluindo essa aí, Luciana, que se constitui em recursos públicos. Educação inclusiva, inclusão do programa Incluir mais POA. Devendo ser informada qual a capacitação dos profissionais contratados e como é feita a seleção dos mesmos na medida em que atuam diretamente com as crianças autistas. Isso envolve aquela empresa terceirizada ou parceirizada. Falta de monitores da rede municipal bem como profissionais GE... o que é GE? Não me lembro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Está errado, tem que corrigir isso aqui, ouviu, Vacari? Por que redução de horários nas escolas, eis que não há qualquer legislação que permita essa prática? Isso apareceu aqui nos debates. Por que não existe um centro de convivência para jovens e adultos com autismo? Foi dito agora aqui pela Érika. Alta demanda e demora para acesso a médicos psiquiatras e neurologistas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, já que o Município é encarregado de fazer essa gestão, não de ter os recursos, mas de fazer a gestão. O sistema Gercon, na classificação de prioridade das crianças, quem define a prioridade de atendimento de cada pessoa? Quais são os critérios para classificação de prioridade ou não? Isso tudo será encaminhado pela comissão, na verdade, aos gestores, começando pelo Município de Porto Alegre, e Estado também.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim, eu digo começando pelo Município de Porto Alegre, mas vai além, vai aonde precisar, pode ir ao governo estadual, federal, enfim.

SR. NELSON KALIL: Eu sugeriria incluir também a sugestão da Inara, que eu acho que é fundamental. Por que não haver o transporte social?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu estava exatamente buscando aqui, porque tem dois documentos que têm... A gestão plena atrapalha, isso é uma conclusão da comissão, uma conclusão nossa, não é o que foi dito, mas nós entendemos que sim, porque a gestão plena, na verdade, é por recursos, eu entendi que é por recursos. Quem é dono do dinheiro? Isso é complicado. Vou dar um exemplo para vocês, importante. Em 1993 – vocês não tinham nem nascido, só eu e o Nelson tínhamos nascido –, ocorreu o seguinte: eu descobri

que a isenção do ISS para bancos, naquela época – Unibanco, Banco Nacional, Bradesco, Santander e por aí vai, inclusive os públicos –, sendo o ISS um tributo municipal, era feita pelos municípios com autorização da Constituição Federal. Quando eu descobri aquilo, fiquei alarmadíssimo – eu descobri em Brasília, era vereador, obviamente, acho que desde que iniciou Porto Alegre eu sou vereador. Então, o que acontece? Eu disse: “Pô, vou mudar isso aí”. Mas é difícil mudar, porque a Febraban está em cima, tanto é que todos os municípios têm isenção, todos, cinco mil e seiscentos e poucos têm isenção. Aí, eu fiz uma coisa aqui, um negócio ali, fiz um projeto; algumas pessoas aqui me ajudaram. Era um projeto que não parecia que era aquilo, mas era aquilo. Para não vir aqui a Febraban invadir a Câmara... Então, eu fiz um projeto que não parecia que era para tirar a isenção dos bancos, mas era para tirar a isenção dos bancos e para eles pagarem 5% de ISS, como eu sempre paguei como advogado, como qualquer pessoa paga, enfim. E aí, eu fui falar com o prefeito, que era o Tarso Genro, na época; ele não estava, estava o Pont, vice, e ele disse: “É, mas não vais conseguir aprovar; se tu aprovares, eu vou buscar os dois leões da Prefeitura, botar uma estátua tua”. Eu disse: “Eu vou guardar essa promessa, hein?”. Aí, passou, aprovei aqui. Esperei a redação final, levei lá no prefeito. “Olha, eu quero minha estátua nos leões ali”. Claro que ele não botou, estão lá os leões, são bem mais bonitos que eu, e também não ficam velhos, isso é uma vantagem. E aí, o que aconteceu? Começou a entrar – e isso são dados oficiais da Prefeitura – R\$ 118 milhões por ano, só do ISS dos bancos; inclusive, a Caixa Federal paga, o Banco do Brasil paga, os públicos também pagam. São R\$ 118 milhões por ano. Agora, nós estávamos organizando lá no meu mandato os 30 anos da lei; estávamos organizando uma festa e tal. São quase R\$ 4 bilhões que entraram. Aí, o prefeito Melo mandou um projeto acabando com a lei. Eu fiz horrores na tribuna, protestei, me atirei, joguei, xinguei, fiz horrores, não adiantou nada, perdi, acabou. Acabou a lei, acabou a lei. Porto Alegre perde R\$ 118 milhões por ano. Por isso que, quando diz “não tem recursos”, me dá uma raiva esse negócio de dizer que não tem recursos. Agora, o Bradesco eu acho que estava mal, disseram que estava com problemas; o Santander, coitado do

Santander. Então eu não tenho pena do Santander, não tenho pena. Enfim, eu quis só fazer esse registro, porque a política decide se vai ter recurso ou não, isso é a política que decide. E, como é usado o dinheiro do Certa... Eu até tenho uma sugestão. Eu acho que nós podemos, quanto ao processo de emendas, se nós trabalharmos juntos, há as emendas parlamentares em Porto Alegre, mas há também no Estado e há também em nível federal... Nós podemos, começando por Porto Alegre, estabelecer, já que há uma normativa que já estabelece 50% para a saúde, um percentual da saúde que seja para essa área específica. Então, se nós trabalharmos juntos, comissão, mães, entidades, conselhos, nós podemos chegar nisso, por legislação, por acordo. Acho que facilita, e muito, várias demandas. É inacreditável, tem uma sala de dois por dois. Eu não fico nem sozinho na sala de dois por dois, imagina com outras pessoas, não tem como, isso é uma coisa impossível.

Essas questões serão encaminhadas, serão encaminhamentos desta reunião aqui. Nunca uma reunião é completa, nós vamos completando, a partir dela, as coisas. Está bem, pessoal? Mas eu quero agradecer muito aos representantes da área pública que estiveram aqui; aos representantes da área que é pública e privada, que são os conselhos; também às pessoas da área privada e às mães, que sofrem tanto e têm a capacidade de lutar, de sempre estarem aqui; às servidoras e aos servidores aqui da Câmara, que nos ajudaram tanto; à TVCâmara, que foi tão colaborativa e compreendeu até a nossa questão de horário; e a quem mais nos ajudou. Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h34min.)